DocuSign Envelope ID: D85BB1CB-E983-46B6-B1FA-32F96090B468

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO I S.A.

CNPJ/MF n° 31.469.550/0001-88

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	636	5.646
Concessionárias	8	2.055	1.857
Impostos a compensar	9	8	7
Adiantamento a fornecedores	10	78	56
Despesas antecipadas	11	73	65
		2.850	**7.631**
Não circulante			
Partes relacionadas	12	-	3.658
Imobilizado	13	155.814	160.052
		155.814	**163.710**
Total do ativo		**158.664**	**171.341**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	21.853	26.667
Impostos a pagar	9	387	283
Partes relacionadas	12	1.876	23
Outras contas a pagar	15	352	12
		24.468	**26.985**
Não circulante			
Partes relacionadas	12		90.709
Provisões	16	381	239
Outras contas a pagar	15	5.614	6.046
		5.995	**96.994**
Total do passivo		**30.463**	**123.979**
Patrimônio Líquido	17		
Capital social		114.206	39.317
Reservas de lucros		13.995	8.045
Total do patrimônio líquido		**128.201**	**47.362**
Total do passivo e patrimônio líquido		**158.664**	**171.341**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.447	700
Depreciações e amortizações	4.395	4.412
Juros provisão desmantelamento	30	197
Atualização monetária	92	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos	510	628
	13.474	**5.937**
Variações em:		
Concessionárias	(198)	2.665
Impostos a compensar	(1)	10
Despesas antecipadas	(8)	1.415
Adiantamento a fornecedores	(22)	3.581
Fornecedores	(4.814)	2.171
Impostos a pagar	38	(297)
Partes relacionadas	3.658	(2.519)
Outras contas a pagar	(602)	(485)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**11.525**	**12.476**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(577)	(902)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	**10.948**	**11.574**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(138)	(1.531)
Baixa imobilizado	-	496
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	**(138)**	**(1.035)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	74.889	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(90.709)	(10.401)
Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de financiamento	**(15.820)**	**(10.401)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.010)**	**138**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	636	5.646
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.646	5.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	18.627	17.347
Custo do serviço de energia elétrica	19		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(2.329)	(2.805)
		(2.329)	**(2.805)**
Custo de operação	19		
Depreciações		(4.395)	(4.412)
Materiais e serviços de terceiros		(3.645)	(3.392)
Outros custos de operação		(997)	(5.400)
		(9.037)	**(13.204)**
Total custo com energia elétrica		**(11.366)**	**(16.009)**
Lucro bruto		**7.261**	**1.338**
Despesas e Receitas	19		
Despesas gerais e administrativas		(68)	(121)
Outras despesas e receitas operacionais		1.998	-
		1.864	**(121)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**9.125**	**1.218**
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		170	251
Despesas financeiras		(848)	(768)
		(678)	**(517)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**8.447**	**700**
Tributos sobre o lucro	21		
Correntes		(644)	(587)
Diferidos		-	(16)
		(644)	**(603)**
Resultado líquido do exercício		**7.803**	**97**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**7.803**	**97**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**7.803**	**97**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Reservas de lucros	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**39.317**	**523**	**-**	**7.449**	**-**	**47.289**
Resultado do exercício	-	-	-	-	97	97
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	69	(69)	-
Constituição da reserva legal	-	4	-	-	(4)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(24)	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**39.317**	**527**	**-**	**7.518**	**-**	**47.362**
Aumento de capital	74.889	-	-	-	-	74.889
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.803	7.803
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.560	(5.560)	-
Constituição da reserva legal	-	390	-	-	(390)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.853)	(1.853)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**114.206**	**917**	**-**	**13.078**	**-**	**128.201**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Solar Pereira Barreto I ("Companhia" ou "PB I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em setembro de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto I, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Rodovia SP 563, Sentido Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo. **1.1. Autorização do Parque Solar Pereira Barreto I:** Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 MW médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar: Pereira Barreto I, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEEL n° 3.250 o Parque Solar Pereira Barreto I iniciou sua operação comercial em 15 de outubro de 2021.

Empresa		Central Solar Pereira Barreto
Usinas		UFV Pereira Barreto I
Modalidade		Produtor Independente
Outorga		Autorização
Estado		SP
Capacidade instalada (MW)		41,90
Data do início da operação		2021
Autorização / Registro	Início	06/05/2019
	Término	05/05/2054

1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R$(21.618), devido pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque solar. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em outubro de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de junho de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa n° 22 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 13); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 15); • Provisões para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 16); • Provisões para riscos trabalhistas e cíveis: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 25); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com base em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 18).

5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques solar e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável:** ***Ativos financeiros:*** São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. ***Ativo não financeiro:*** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UCG. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **f) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **g) Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **h) Provisões:** Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. **i) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **j) Operações de arrendamento***:* No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23. **ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o lucro:** Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que a mesma seja contemplada na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. **l) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):**: Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. **m) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **n) Receita operacional líquida:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. **o) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **p) Ativos e passivos financeiros: Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são mensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa n° 22 Compensação de instrumentos financeiros. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **q) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. A Companhia adota a contabilidade de hedge e para o derivativo como: *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). **r) Hedge de fluxo de caixa***:* A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificados como *hedge*, contratada pela Companhia, resume-se a "NDF" que visa exclusivamente à proteção dos fluxos de caixa da aquisição dos painéis solares e inversores para as parcelas em moeda estrangeira. São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o patrimônio líquido até o seu efetivo pagamento onde é reclassificado para o custo do imobilizado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos qualificados com *hedge* é mensurado através da posição da operação informadas pela instituição financeira envolvida. **s) Eficácia do *hedge*:** A eficácia de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. A relação de cobertura é altamente eficaz, uma vez que as alterações na taxa de câmbio que podem afetar a valorização da moeda estrangeira das contribuições de capital (itens cobertos) serão compensadas pelo impacto das alterações da taxa de câmbio no MtM do instrumento de cobertura (FWDs) compensando a exposição. Às variações / volatilidade da taxa de câmbio à vista (risco coberto). A eficácia do hedge pode ser mensurada com segurança, com base na forte correlação observada entre as taxas de câmbio utilizadas na contratação da operação de compra de equipamentos se comparada as taxas contratadas no derivativo.

6. ALTERAÇÕES ADOTADAS PELO GRUPO

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • **Alteração ao IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro. 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As divulgações referentes à exposição conhecida ou razoavelmente estimável dos tributos sobre o lucro sob o Pilar Dois estão incluídas na Nota 22.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	636	5.393
Aplicações financeiras - renda fixa	-	253
Total	**636**	**5.646**

A Companhia mantém seu saldo de bancos conta movimento em conta corrente, devido à alta movimentação financeira durante a construção do parque solar. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8. CONCESSIONÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é composto pelos seguintes valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercado regulado	2.033	1.722
Mercado livre	22	135
Total	**2.055**	**1.857**

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é composto pelos seguintes valores: R$ 2.033 (99%) para o mercado regulado, que se refere à venda de energia no ambiente da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia, através dos contratos bilaterais de suprimento de energia feitos para grandes players do mercado; e R$ 23 (1%) para Câmara de Comercialização de Energia - CCEE na negociação da energia excedente ou energia teste. A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2023. Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

	31/12/2022	31/12/2022
A vencer		
Até 60 dias	2.055	1.722
Mais de 60 dias	-	135
Total	**2.055**	**1.857**

9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante compensáveis		
PIS e COFINS	1	-
IRRF sobre aplicações financeiras	7	7
Total ativo	**8**	**7**
Passivo circulante a recolher		
ICMS sobre diferencial de alíquota		
Imposto de renda e CSLL	222	173
PIS e COFINS	79	63
PIS, COFINS e CSLL serviços prestados por terceiros	7	11
IRRF sobre aplicações financeiras	2	3
ISS	43	9
Outros	22	12
Imposto sobre importação	12	11
Total	**387**	**283**

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores ativo fixo	-	-
Adiantamentos a fornecedores material e serviço	78	56
	78	**56**

Em agosto de 2021, o fornecedor responsável pela construção e montagem dos parques solares de Pereira Barreto, apresentou dificuldades financeiras para honrar seus compromissos junto a terceiros e funcionários, o que poderia ocasionar um atraso na finalização do parque solar. Sendo assim a Companhia efetuou empréstimo no montante de R$ 4.016 para o fornecedor liquidar suas dívidas e não afetar o prazo de entrada em operação dos parques solares. O valor foi reconhecido como "adiantamento a fornecedor" e espera-se o recebimento do montante até o segundo semestre de 2023. A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para perdas, por não haver expectativas de perdas na carteira de adiantamentos em 2023.

11. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Despesas antecipadas	73	65
	73	**65**

A despesas pagas antecipadamente são representadas substancialmente pela amortização na competência do prazo das vigências dos contratos de seguros operacionais.

12. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Operação de Hedge - liquidado EDPR	EDP Renováveis Brasil S.A.	-	3.500
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pess

DocuSign Envelope ID: D85BB1CB-E983-46B6-B1FA-32F96090B468

...continuação

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO I S.A. | CNPJ/MF nº 31.469.550/0001-88

	Arrendamentos
Saldo em 31/12/2021	**5.567**
Adições	870
Baixas	(320)
AVP	627
Pagamentos	(686)
Saldo em 31/12/2022	**6.058**
Adições	26
AVP	510
Pagamentos	(628)
Saldo em 31/12/2023	**5.966**

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 13,56% a.a. para terrenos, e 13,81% a.a. para veículos.

16. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante		
Desmantelamento	381	239
	381	**239**

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
Saldo em 31/12/2022	**239**
Desmantelamento	112
Atualização financeira	30
Saldo em 31/12/2023	**381**

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Central Solar Pereira Barreto I está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 13). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Solar. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periodicamente. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques solares foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque solar com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,25% a.a.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2023 totalmente integralizado é de R$ 114.206 (R$ 39.317 em 31 de dezembro de 2022). O capital social é composto de 97.159.892 ações (mil) ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas				
EDP Renováveis Brasil S.A.	97.159.892	100%	39.317	100%
Total	**97.159.892**	**100%**	**39.317**	**100%**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **17.2. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía qualquer impeditivo em relação à distribuição de dividendos.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) apurado no exercício	7.803	97
Cobertura de prejuízo	-	-
Constituição de reserva legal (5%) (a)	390	5
Lucro do exercício ajustado	**7.413**	**92**
Destinação do lucro ajustado		
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.853	23
Reserva de retenção de lucros (b)	5.560	69

a) Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém reserva no montante de R$ 390 (R$5 em 2022). **b) Reservas de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o montante de R$5.560 (R$69 em 2022).

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Energia comercializada no mercado de curto prazo	19.321	18.044
Outras receitas operacionais	17	(40)
	19.338	**18.005**
Deduções à receita operacional		
PIS / COFINS	(711)	(657)
	(711)	**(657)**
	18.627	**17.347**
MWh comercializado	98	96

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custo do serviço com energia elétrica	31/12/2023	31/12/2022
Não gerenciáveis		
Encargos de uso da rede elétrica	**(2.329)**	(2.805)
	(2.329)	**(2.805)**
Custo do serviço de operação		
Gerenciáveis		
Arrendamentos	(164)	(318)
Depreciação e amortização	(4.395)	(4.412)
Materiais e serviços	(3.645)	(3.117)
Outras despesas	(668)	(5.146)
Seguros	(165)	(211)
	(9.037)	**(13.204)**
Despesas Gerais e administrativas		
Gerenciáveis		
Serviços de terceiros	(43)	(46)
Doações	(25)	(28)
Outras despesas	(66)	(47)
	(134)	**(121)**

Outras despesas operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Ganho/Perda no imobilizado	135	-
Reversão de provisão perdas anos anteriores	1.797	-
	1.998	**-**
	1.864	**-**
	(9.502)	**(16.130)**

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2022
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(30)	(49)
Atualização financeira	(602)	(628)
Despesas com garantias bancárias	(208)	(103)
Outras despesas financeiras	(9)	13
	(848)	**(768)**
Receitas financeiras		
Juros recebidos	3	98
Receita de variação cambial	95	83
Receitas com derivados	5	-
Renda de aplicação financeira	66	69
	170	**251**
	(678)	**(517)**

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	31/12/2023 IRPJ	31/12/2023 CSLL	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL
Receita operacional	19.338	19.338	18.005	18.005
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%	8%	12%
	1.547	2.321	1.440	2.161
Receitas financeiras	170	170	167	167
Base de cálculo	1.717	2.491	1.608	2.328
Alíquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(429)	(224)	(402)	(210)
Ajuste decorrente do adicional do IR	13	-	24	-
Resultado de IRPJ e CSLL	(416)	(224)	(378)	(210)
Alíquota efetiva	2,15%	1,16%	2,10%	1,16%
Imposto corrente	(416)	(224)	(378)	(210)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **22.1. Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	636	5.646
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	2.055	1.857
Adiantamento a fornecedores	10	Custo amortizado	Nível 1	78	56
Despesas antecipadas	11	Custo amortizado	Nível 1	73	65
Não circulante					
Partes relacionadas	12	Custo amortizado	Nível 1	-	3.658
Total ativo				**2.842**	**11.282**
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	14	Custo amortizado	Nível 1	21.853	26.667
Outras contas a pagar	15	Custo amortizado	Nível 2	352	12
Partes relacionadas	12	Custo amortizado	Nível 1	1.876	23
Não circulante					
Outras contas a pagar	15	Custo amortizado	Nível 1	5.614	6.046
Partes relacionadas	12	Custo amortizado	Nível 2	-	90.709
Desmantelamento	16	Custo amortizado	Nível 1	381	239
Total passivo				**30.076**	**123.696**

Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, incluídos na seguinte nota explicativa; **Derivativos contratados (nota explicativa nº 12):** (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. **22.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **22.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de "Provisão para desmantelamento" estão considerados os fluxos de caixa projetado. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	21.853	21.853	21.853	-	-	-
Provisões	381	381	-	381	-	-
Partes relacionadas	1.876	1.876	1.876	-	-	-
Total	**24.110**	**24.110**	**23.729**	**381**	**-**	**-**

22.4. Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2023 é:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa	636	5.646
Concessionárias	2.055	1.857
Total	**2.691**	**7.503**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. **22.5. Risco cambial:** O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao Euro (EUR) e Dólar americano (USD). A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo. As transações previstas altamente prováveis, protegidas por hedge, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de hedge no patrimônio líquido referentes a contratos de câmbio a termo, em 31 de dezembro de 2022, são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por hedge afetar o resultado. Isso ocorre, geralmente, no período de 12 meses da data do balanço, a menos que o ganho ou a perda estejam incluídos no valor inicial reconhecido para a aquisição de bens do ativo imobilizado e, nesse caso, o reconhecimento é feito durante a vida útil do ativo. **22.6. Riscos regulatórios:** As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

23. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

23.1. Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	8.878	2.437	-	-	11.315
Locações operacionais	221	130	-	-	351
Total	**9.099**	**2.567**	**-**	**-**	**11.666**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque solar. **23.2. Obrigação de compra:** As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra dos equipamentos de geração de energia solar e para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. **23.3. Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no mercado livre. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2036.

23.4. Garantias

Tipos de garantias oferecida	31/12/2023	31/12/2022
Seguro garantia e fianças (a)	9	-

a) Seguro garantia: seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, não sendo objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Ativo imobilizado	Riscos operacionais	157
Responsabilidade civil	Geral	56

25. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável. Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são os descritos a seguir:

Natureza da ação	Ações	Valor atualizado
Fiscal	3	15.516

Trata-se de ações que visa a inexigibilidade de cobraças de imposto de importação sobre máquinas e equipamentos.

26. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 103 (R$ 69 em 2022), sendo registrado no resultado do imobilizado.

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador
CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Pereira Barreto I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 14/06/2024 23:58:47 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
F30028BECACE477...